
FILOSOFIA E LINGUAGEM*

Gonçalo Armijos Palácios**

RESUMO

Neste artigo proponho algumas considerações sobre a linguagem, mantendo a tese de que esta não consiste em unicamente refletir nem referir uma realidade já dada, mas em criar e recriar o mundo.

A LINGUAGEM: ARTESÃ DO REAL

No início do século XX houve uma reviravolta filosófica: o filósofo tinha de provar que seu discurso fazia algum sentido, isto é, que estava falando de *alguma* coisa. Não interessavam mais suas preocupações metafísicas, sua linguagem abstrata, confusa. O *linguajar* filosófico perdeu subitamente sua dignidade. O filósofo tinha que explicar *de que* estava falando porque, se pensava, nós, seres humanos, temos que falar, *positivamente*, de alguma coisa. Nossa linguagem, *obviamente*, se refere a algo, a objetos, a fatos, a seres existentes, a realidades concretas, isto é, perceptíveis. Ou será que não é assim? Se a filosofia tinha a pretensão de ser a 'rainha das ciências', devia provar que seus conceitos tinham um *significado* concreto. Como os enunciados da ciência. Só assim a filosofia provaria que não era palavreado vazio, uma coisa parecida com

* Palestra proferida no Departamento de Letras da UFG em 09 de maio de 1995. Uma versão anterior foi apresentada no mesmo Departamento em 23 de agosto de 1994.

** Professor Titular do Departamento de Filosofia da UFG.

a poesia, isto é, fantasiosa. O que interessava, é claro, era o conteúdo *fatual* do pensamento e da linguagem.

Esta é, em poucas palavras, a imagem positivista que os filósofos da linguagem tinham no início do século. É surpreendente até que ponto este positivismo domina até agora o pensamento acadêmico. O que aqui nos interessa é que desta reação contra a metafísica surge uma nova preocupação filosófica: a filosofia da linguagem. Aparece a necessidade de se analisar em que consiste mesmo a linguagem, qual é sua principal função e qual sua relação com o real.

A VISÃO TRADICIONAL: A LINGUAGEM COMO INSTRUMENTO

Os filósofos analíticos, os neopositivistas lógicos, talvez sem saber, partiam de uma visão tradicional da linguagem, a linguagem como um instrumento de mediação com o mundo. A grande preocupação passou a ser: como nos relacionamos com a realidade, com aquilo que está ali, diante de nós, fora de nós? A própria maneira de se propor a questão já abria as portas para um tipo de solução: o papel fundamental da linguagem tinha de ser o de relacionar o homem com aquilo que está ali, com o chamado mundo objetivo, com as coisas que o rodeiam. Assim, o papel principal da linguagem seria o de *referir o mundo exterior*. Deste modo, a principal qualidade da linguagem seria sua significatividade, ou seja, sua relação de referência com os objetos externos. Dentro daquela perspectiva, a linguagem cumpria sua função na medida em que era *significativa* e isso se reduzia a ser *referencial*, ou seja, a estabelecer o vínculo firme com o mundo exterior.

Desta maneira, a linguagem passou a ser concebida como um instrumento que nos põe em contato com o mundo exterior, com o propósito de nos comunicarmos.

Assim, deparamo-nos com uma relação entre uma realidade dada, o ser humano, e o que está diante dele, o mundo existente fora de si. A ponte entre essa coisa *mundo* e essa coisa *homem* é aquela outra coisa chamada *linguagem*.

Esta imagem da relação comunicativa entre três coisas dadas, o ser humano, a linguagem e o mundo, defendida pelos filósofos analíticos

da linguagem, ficou abalada, depois da crítica contundente de alguns filósofos, como o segundo Wittgenstein e Quine.

QUE MUNDO É ESSE?

Os primeiros filósofos da linguagem deste século supunham que existia um *mundo exterior* que era referido. Ora, que mundo era esse? Era um mundo *dado, acabado, completo*, que existia fora e independentemente do sujeito que o referia através da linguagem. Nesse mundo, *evidentemente*, temos as coisas já individualizadas: o pé de laranja, o pé de manga, o rio, o riacho, a árvore, o arbusto. Mas temos também outras coisas, como o belo, o ruim, o alegre, o bom, o justo, ou seja, temos a beleza, a ruindade, a alegria, a felicidade, a bondade, a justiça etc. Temos, então, realidades *singulares* a serem descobertas e nomeadas. Este é o *mundo exterior* herdado da tradição.

O MUNDO REFLETIDO

Um dos mais velhos preconceitos filosóficos foi o de conceber um *fora* e um *dentro* do sujeito. Assim, o verdadeiramente real se concebia como exterior e (ou) independente do sujeito. O mundo, o real, neste sentido, era aquilo que podia ser nomeado, indicado, apontado como existindo a despeito das vontades dos indivíduos. Neste sentido, a linguagem era sempre algo *posterior* e o mundo algo *anterior*. Era o mundo, portanto, que condicionava a linguagem. Ou seja, as palavras eram inventadas para *refletir* as coisas e os fatos do mundo.

No entanto, não só foram inventadas as palavras que referiam fatos e coisas do mundo, mas outras que se referiam a seres, coisas e mundos imaginários. Isto levou à divisão entre o puramente imaginário, subjetivo e irreal, por um lado, e o totalmente objetivo e real, por outro; o mito e a poesia lidavam com o imaginário e o inexistente, a filosofia e a ciência com o verdadeiramente real. O mundo da fantasia para os poetas, e o mundo do real para os cientistas e filósofos.

UM OLHAR CRÍTICO

Entretanto, se olharmos mais de perto, as coisas não parecem ser assim, e a filosofia da linguagem desta segunda metade do século

mostrou que não podemos estabelecer com tanta facilidade essa linha divisória entre o dado e o inventado, entre o verdadeiramente *real* e o imaginário ou *irreal*. Assim como não podemos determinar *objetivamente* a diferença entre o arbusto e a árvore, entre o rio e o riacho, a não ser por um ato mais ou menos arbitrário e convencional. Quando, *exatamente*, é rio, e quando é riacho? Quanto é preciso medir para ser arbusto e quanto para ser árvore? Como se decide isso? Quem decide isso? Com que critérios se decide isso? Quem fornece os critérios, e com que direito os fornece?

A pergunta, no entanto, é mais radical, pois, de fato, o que significa *real*? É real só o que pode ser tocado, visto, cheirado? Só o que o cientista demonstra ser real? Mas que tem o cientista que o resto dos seres humanos não possui e que lhe permite decidir ou decretar o que é real e distinguir isto do irreal? A resposta é, me parece, *nada!* Ele não possui nada de especial que o ponha numa posição privilegiada ou que lhe forneça acesso à essência do real.

Um preconceito sobre a ciência é que ela lida somente com conceitos objetivos que estão fora de qualquer suspeita. Isso lhe permite, supostamente, estruturar discursos verdadeiros. Mas isso é assim mesmo? A história da ciência demonstra outra coisa. É mesmo verdade que a ciência só lida com verdades? É mesmo verdade que a ciência, para ser tal, não pode estar equivocada? Será que é possível que uma teoria científica seja falsa e continue sendo considerada uma teoria científica?

Temos o caso de uma teoria científica cujos pressupostos básicos eram falsos: a teoria ptolomaica. Esta teoria partia do pressuposto totalmente falso de que a Terra era o centro do sistema solar, primeiro pressuposto falso; e que os planetas e o Sol giravam em torno da Terra, segundo pressuposto falso. Ninguém, no entanto, se atreveria a dizer que a teoria ptolomaica não era uma teoria científica. Mas esse não é o único exemplo. A ciência moderna nos fornece belos exemplos de teorias científicas que trabalhavam com supostos falsos e nem por isso são consideradas menos científicas: a teoria copernicana, que trabalhava com as hipóteses das órbitas circulares, e a física newtoniana que trabalhava com o conceito de éter. Tanto as órbitas circulares quanto o éter foram abandonados pelos astrônomos e cientistas posteriores, e nem por isso tais teorias perderam seu estatuto científico.

Conseqüentemente, é falso que as teorias científicas se relacionem com a verdade de uma maneira privilegiada. Se não o fazem, então devemos rever a noção de realidade tradicional.

REAL É *SER DITO*

O real, conseqüentemente, não é refletido pelo pensamento, nem pode reduzir-se ao que está ali para ser nomeado e referido. É exatamente o contrário: real é o que cada língua *pode dizer*. As relações reais, portanto, são as relações que a língua cria, nomeia e nos ensina a nomear e reconhecer.

O mundo – o real, então – não é aquela coisa sólida, dura, resistente a nós que está ali fora. Isso também é real. Mas o que interessa aos seres humanos vai além dos meros objetos físicos nomeáveis. É a rede de relações, ações e interações que os seres humanos vão estruturando, criando, modelando.

A filosofia tradicional faz uma distinção entre o que é (o ser) e o que eu acho que deveria ser mas não é. Faz uma distinção entre ser e dever ser. O que existe, o real, é o ser, e só o ser. E a filosofia tradicional nos proíbe passar do dever ser para o ser. O dever ser é o mundo dos valores. Mas se esses valores são *meus* valores, então são subjetivos e não objetivos. Se são subjetivos possuem o estatuto dos poemas, são arbitrários e produto da minha imaginação.

A meu ver, a distinção entre ser e deverser desaparece; a distinção empirista entre fato e valor vira fumaça. O ser, o real, não só é o que é, mas se mistura com aquilo que queremos e que achamos que deva ser. O dever ser, portanto, não é menos real que o ser, e o querer ser nos importa tanto quanto o que é. Mas o ser, o querer ser e o dever ser nos importam tanto quanto o que não deve, nem quero, nem pode ser! O ser, em conseqüência, não é só isso, só o que é, mas o que *pode* ser, o que *deve* ser, o que *quero* que seja, misturado com o que *não pode*, *não deve* e *não quero*!

Isto poderia ser entendido em termos extremamente subjetivistas. Poder-se-ia pensar que estou defendendo um idealismo subjetivista radical: eu faço meu mundo e determino o que seja real ou não. Mas o que *pode*, *deve*, *quero* que seja etc. não é individual. É o que minha

cultura, minha classe, meu grupo, meus valores me *permitem* pensar e referir como possível, impossível, obrigatório, desejável etc., isto é, como *fatos*. Os famosos fatos, conseqüentemente, que na filosofia tradicional se reduzem ao que é, ao ser, na minha visão, fazem parte de uma rede de interações mais rica, mais complexa. Não só o que *é* é um fato, mas o que pode ser, o que vai ser, o que seria, o que temo que seja, o que foi, o que quase foi, o que quero, o que proíbo, o que temo, o que detesto. Dentro da minha visão do que é o fato, é possível o uso *normal* da linguagem; e é possível conjugar todos os tempos dos verbos como maneiras distintas de se apropriar do real, não só o presente do indicativo.

O ser – o real, portanto – está dentro das possibilidades da linguagem. E esta, é claro, não é um fenômeno individual, mas social. É por esta razão que não estou defendendo um subjetivismo idealista radical. Muito pelo contrário. Estou defendendo uma posição realista que denominei *realismo histórico*.

Por isso, não posso falar sobre o mundo a meu bel-prazer. Ao contrário, falo, vejo, sonho e percebo o mundo que minha língua me permite falar, ver, sonhar e perceber!

Por que isto? Porque quando nascemos entramos num mundo falado de uma maneira ou de outra, e vemos, referimos, sentimos, desejamos as coisas que a linguagem *que recebemos* nos permite *identificar, reconhecer, postular*. A identificação do real, conseqüentemente, é um ato lingüístico e não um mero ato ostensivo; o ato de identificar e conhecer é um ato social, histórico, contextual. Não uma relação pura entre um sujeito absoluto e um objeto absoluto.

A VIRTUDE POÉTICA DA LINGUAGEM

Isto nos leva a perguntar: então, qual é a essência da linguagem? Nomear, referir, apontar uma realidade dada, exterior ao sujeito? A minha resposta é não: a essência da linguagem radica na sua virtude poética, isto é, na sua virtude criadora, do grego *poiein, poietikos*, criar, inventivo. “No começo era o verbo”. Se o mundo já estava lá quando o homem apareceu, a palavra *re-cria* e *re-inventa* o mundo, começando uma nova realidade: a realidade falada, pensada, desejada, definida, isto

é, a realidade *dita*. Um mundo sem linguagem é como um museu com objetos, mas sem público nem etiquetas. Sem a linguagem temos um mundo inacabado. A palavra completa o mundo. A palavra preenche o real.

A linguagem, em consequência, é como que a artesã do real. Os artesãos não trabalham sem matéria-prima. Mas modelam, informam, coloreem, dão vida à matéria inerte. A linguagem possui uma virtude criadora, uma virtude inventiva, uma virtude poética. Portanto, se a linguagem tem alguma essência, é esta.

ABSTRACT

In this article I present some considerations about language, where I maintain the thesis that language does not consist in exclusively reflecting nor referring a given reality, but in creating and recreating the world.
